



DECISÃO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.146/2024

Processo de Recurso digital nº 46.993/2024, referente ao Processo Licitatório nº 22.959/2024, **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na realização de eventos recreativos e de lazer, contemplando brinquedos infláveis, tendas, pintura artística facial, distribuição de pipoca e algodão doce, com equipe de transporte e monitoria, pelo período de 01 (um) ano (um) ano.**

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165º, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 a Pregoeira desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 085 de 10 de janeiro de 2025, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA**, doravante denominada Recorrente, em 18 de dezembro de 2024, portanto, tempestivo, contra a decisão que classificou as empresas vencedoras para os Itens 04, 07, 09, 10, 11 e 12, **FRISPORTS ADVENTURE RADICAL LTDA**, denominadas Recorridas, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.146/2024, que foi aceito de forma automática pelo sistema, sem juízo de Admissibilidade por parte desta pregoeira e equipe de apoio.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.



Comissão de Pregão III

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente sucintamente alega (I) pediu para ser desclassificada de alguns itens (II) deixou de apresentar sua proposta readequada dentro do tempo designado; (III) apresentou Atestado de Capacidade Técnica sem lograr êxito em demonstrar a execução de serviços com o mesmo grau de complexidade tecnológica, operacional e quantidade requerido no processo licitatório;

III. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela empresa **WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA**, conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrida sucintamente alega que (I) não há qualquer pedido de desistência pela recorrida à comissão de licitação no pregão eletrônico dos itens vencidos nº 04, 07, 09, 10, 11 e 12 (II) é primordial destacar a solicitação da recorrida de dilação do prazo à comissão de licitação, para apresentação dos documentos e envio da proposta de preços, ante a estabilidade sistêmica presente no sistema GOV COMPRAS no dia 21/11/2024, da qual a recorrida não conseguia acesso virtual para apresentação da documentação exigida; (III) quanto a capacidade técnica, decerto que todos os equipamentos/itens da recorrida possuem alto padrão de segurança e seus colaboradores são extremamente diligentes com a segurança dos usuários, enquadrando-se perfeitamente as exigências de segurança prevista no edital.

IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Inicialmente, cumpre informar que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeita consonância com a legislação vigente, tendo sido observada a



Comissão de Pregão III
submissão aos princípios que norteiam a Administração Pública, em especial aos princípios da igualdade e da vinculação ao edital, sob o qual o art. 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Neste contexto, é dever supremo da Administração Pública o cumprimento das regras estabelecidas no edital.

Quanto ao mérito, em análise aos pontos discorridos na peça recursal, de acordo com a legislação pertinente e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, expõem-se abaixo as medidas adotadas e as ponderações formuladas que fundamentam a decisão final.

Desta forma, passamos a análise onde, restou a alegação que a empresa em um primeiro momento solicitou a desclassificação dos itens 06, 10 e 16 por falta de expertise na etapa de lances, destaca-se que durante a fase de lances, a empresa Frisports manifestou-se no chat do sistema Gov Compras com a seguinte mensagem:

“Ao longo da fase de disputa ficamos um pouco perdidos com a etapa de aberto/fechado, não estava claro pra nós que estávamos



Comissão de Pregão III apenas com 3 itens como vencedores. Temos a opção de declinar ainda nessa fase sem que haja alguma sanção ou prejuízo para o pregão?”.

Após consulta da Recorrida sobre as regras aplicáveis ao certame, a Pregoeira respondeu de forma clara e objetiva, reiterando as disposições editalícias relativas às penalidades e desistências. O pedido de declínio foi aceito com a finalidade de evitar prejuízos à aquisição dos itens em questão, considerando que tal decisão preservava a regularidade do certame e assegurava a continuidade do processo, em alinhamento aos princípios da economicidade e do interesse público, importante observar que os itens desclassificados são diversos dos habilitados na atualidade.

A recorrida alega ainda, que a empresa solicitou prorrogação de prazo no momento que a pregoeira teria que ter realizado a desclassificação da empresa, porém o item 13.7 do edital permite a prorrogação do prazo a critério do pregoeiro, mediante solicitação fundamentada. A empresa Frisports justificou atraso devido à instabilidade do sistema Gov Compras, fato confirmado por registros internos. Tal prorrogação encontra respaldo nos princípios da economicidade e da eficiência, conforme artigos 70 e 37 da Constituição Federal. É crucial enfatizar que a Recorrida, diante de comprovada instabilidade sistêmica no sistema Gov Compras no dia 21/11/2024, apresentou uma solicitação fundamentada à Comissão de Licitação para a dilação do prazo destinado ao envio da documentação e da proposta de preço.

Essa instabilidade técnica, que impediu o acesso virtual e inviabilizou o cumprimento tempestivo das exigências do edital, foi comunicada de forma clara e alinhada aos princípios da economicidade e eficiência. A medida visou não apenas assegurar a ampla competitividade, mas também evitar que dificuldades operacionais decorrentes de falhas no sistema comprometessem o regular andamento do processo licitatório e o interesse público.

Quanto o atestado de capacidade técnica não possuir nenhuma informação relevante que de fato quais foram os serviços prestados, após minuciosa análise, verificamos que a referida



Comissão de Pregão III
exigência encontra fundamento no art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que determina que a habilitação técnica deve ser comprovada por documentos que demonstrem a aptidão do licitante para o desempenho do objeto contratual, o edital exige que os atestados apresentados sejam claros e detalhados, demonstrando a experiência do licitante na execução de serviços de mesma natureza, especificando características como complexidade, quantidade e qualidade dos serviços realizados. o atestado apresentado não atende aos requisitos legais.

Desta forma, o atestado de capacidade técnica apresentado, descreve de maneira objetiva a prestação de serviços, com detalhes sobre prestador e receptor, além de comprovar que as obrigações foram cumpridas corretamente.

A licitação visa à escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública, e não pode ser prejudicada por formalismos excessivos, o atestado apresentado cumpre todos os requisitos legais, sendo objetivo e detalhado quanto aos serviços prestados, tanto em relação ao prestador quanto ao receptor dos serviços, estando baseado nos princípios jurídicos da razoabilidade, proporcionalidade e supremacia do interesse público, com respaldo em decisões do TCU e jurisprudência relacionada ao excessivo formalismo em licitações.

V. DA ANÁLISE JURÍDICA

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral Municipal, exarou parecer jurídico, parte integrante desta decisão, independente de transcrição, onde de forma sucinta concluiu que: (i) “... que previsto nos itens 14.15 e 15.15 do Edital, que preveem que no julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas. Desta forma, conforme previsto na legislação aplicável e no edital da presente licitação, pode o pregoeiro sanear erros ou falhas, desde que não sejam alteradas a substância das propostas, dos documentos e a validade jurídica”, (II) a comprovação da capacidade operacional por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica que demonstrem a execução de objeto/serviço similar é condição que se impõe, sendo vedada a exigência de objeto idêntico..”



Comissão de Pregão III

VI. DA ANÁLISE TÉCNICA

Quanto à análise por parte da secretária requisitante, o decisor adota integralmente as razões expostas em um parecer prévio, sem necessidade de repetir ou detalhar novamente as

VII. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no Artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** do presente Recurso interposto pela empresa **WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA**, no bojo do processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.146/2024, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo o julgamento anteriormente proferido.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 90.146/2024.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Atenciosamente

Nova Friburgo, 27 de janeiro 2025.

FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matricula: 468.036